

**TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E AS ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS
PARA ASSEGURAR A INCLUSÃO: UM ESTUDO DAS PRODUÇÕES
CIENTÍFICAS**

AUTISTIC SPECTRUM DISORDER AND PEDAGOGICAL STRATEGIES TO ENSURE
INCLUSION: A STUDY OF SCIENTIFIC PRODUCTIONS

TRASTORNO DEL ESPECTRO AUTISTA Y ESTRATEGIAS PEDAGÓGICAS PARA
GARANTIZAR LA INCLUSIÓN: UN ESTUDIO DE PRODUCCIONES CIENTÍFICAS

Queilânia Silva Lô Almeida¹ <https://orcid.org/0009-0001-8923-7041>

Vaneide Souza de Oliveira² <https://orcid.org/0009-0009-5109-0206>

Lilian Moreira Cruz³ <https://orcid.org/-0003-4686-5803>

¹ Universidade Estadual de Santa Cruz –Ilhéus, Bahia, Brasil; qslalmeida.pdg@uesc.br

² Universidade Estadual de Santa Cruz –Ilhéus, Bahia, Brasil; gsoliveira.pdg@uesc.br

³ Universidade Estadual de Santa Cruz –Ilhéus, Bahia, Brasil; lmacruz@uesc.br

RESUMO: O presente artigo, de abordagem qualitativa e que se caracteriza como “Estado da Arte”, objetivou analisar teses e dissertações no banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), tendo inicialmente como base os seguintes descritores: “Transtorno do Espectro Autista” e “Estratégias Pedagógicas”. Essa busca implicou no encontro de duas (02) pesquisas, sendo todas dissertações, publicadas em 2020. Pelo pequeno quantitativo, acrescentamos mais um descritor “Atendimento Educacional Especializado”, a busca apontou três (03) dissertações, todas publicadas em 2022. Ao cruzar os dados, selecionamos quatro (04) pesquisas para leitura em sua integralidade, visto que uma se repetia. As pesquisas revelam que apesar de serem pouco conhecidas e/ou utilizadas, as estratégias pedagógicas podem colaborar para o processo de ensino e aprendizagem das crianças com TEA. Dentre essas, destacamos, o Plano de Ensino Educacional Individualizado (PEI), o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), e a Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA), que são consideradas como possibilidades para contribuir na inclusão educacional. Destarte, destacamos como relevante neste estudo, o aprimoramento dos saberes e conhecimentos dos/as professores/as, para que possam proporcionar aos/às estudantes uma educação equitativa.

Palavras-chave: Atendimento Especializado; Estratégias Pedagógicas; Inclusão.

ABSTRACT: This article, with a qualitative approach and characterized as “State of the Art”, aimed to analyze theses and dissertations in the database of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES), initially based on the following descriptors: “Disorder of the Autism Spectrum” and “Pedagogical Strategies”. This search resulted in the finding of two (02) studies, all of which were dissertations, published in 2020. Due to the small quantity, we added another descriptor “Specialized Educational Service”, the search showed three (03) dissertations, all published in 2022. When crossing data, we selected four (04) surveys to read in their entirety, as one was repeated. Research reveals that despite being little known and/or used, pedagogical strategies can contribute to the teaching and

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E AS ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA ASSEGURAR A INCLUSÃO: UM ESTUDO DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS

Queilânia Silva Lô Almeida • Vaneide Souza de Oliveira • Lilian Moreira Cruz

learning process of children with ASD. Among these, we highlight the Individualized Educational Teaching Plan (PEI), the Universal Design for Learning (DUA), and Augmentative and Alternative Communication (CAA), which are considered as possibilities to contribute to educational inclusion. Therefore, we highlight as relevant in this study the improvement of teachers' knowledge, so that they can provide students with an equitable education.

Keywords: Specialized Service; Pedagogical Strategies; Inclusion.

RESUMEN: Este artículo, con enfoque cualitativo y caracterizado como “Estado del Arte”, tuvo como objetivo analizar tesis y disertaciones en la base de datos de la Coordinación de Perfeccionamiento del Personal de Educación Superior (CAPES), basándose inicialmente en los siguientes descriptores: “Trastorno de el Espectro del Autismo” y “Estrategias Pedagógicas”. Esta búsqueda resultó en el hallazgo de dos (02) estudios, todos ellos disertaciones, publicados en 2020. Debido a la pequeña cantidad, agregamos otro descriptor “Servicio Educativo Especializado”, la búsqueda arrojó tres (03) disertaciones, todas publicadas en 2022. Al cruzar datos, seleccionamos cuatro (04) encuestas para leer en su totalidad, ya que una estaba repetida. Las investigaciones revelan que a pesar de ser poco conocidas y/o utilizadas, las estrategias pedagógicas pueden contribuir al proceso de enseñanza y aprendizaje de los niños con TEA. Entre estos, destacamos el Plan Docente Educativo Individualizado (PEI), el Diseño Universal para el Aprendizaje (DUA) y la Comunicación Aumentativa y Alternativa (CAA), que se consideran posibilidades para contribuir a la inclusión educativa. Por ello, destacamos como relevante en este estudio la mejora de los conocimientos de los docentes, para que puedan brindar a los estudiantes una educación equitativa.

Palabras clave: Servicio Especializado; Estrategias pedagógicas; Inclusión.

Introdução

Existe dentro do cenário educacional brasileiro uma grande quantidade de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) que ainda não é totalmente compreendido/a dentro do ambiente escolar, sendo muitas vezes excluídos/as do processo ensino e aprendizagem. Nogueira e Orrú (2019) evidenciam que os/as estudantes, ainda que estejam matriculados/as no ensino regular, estão excluídos de diversas maneiras, sejam elas físicas, comunicativas ou atitudinais. Nesse aspecto, sinalizamos que o modelo de inclusão pode ser apenas uma formalidade existente oriunda da questão legal do direito da criança e do adolescente à escola, sem de fato existir uma escolarização de qualidade para atender o/a estudante autista; logo, a inclusão educacional pode não ocorrer exatamente pela falta de conhecimento por parte da escola e/ou da família em saber como lidar com esse público (Luz; Cruz, 2022; Santos; Cruz, 2022).

A inclusão escolar na Educação Básica (EB) como um direito de todos é respaldada pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei nº 9.394/1996, a qual estabelece “o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a



TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E AS ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA ASSEGURAR A INCLUSÃO: UM ESTUDO DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS

Queilânia Silva Lô Almeida • Vaneide Souza de Oliveira • Lilian Moreira Cruz

formação de atitudes e valores” (Brasil, 1996), por todas os/as discentes. Dentro da EB destacamos o Ensino Fundamental, que por sua vez, tem duas etapas: a primeira formada pelos anos iniciais e a segunda, composta pelos anos finais. O Ensino Fundamental também é direito das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), porém, segundo Bobbio (1992), não basta apenas falar em direito, mas sim, oferecer a oportunidade para que esse direito seja cumprido em sua integralidade.

Nesse sentido, assegurar o direito aos anos iniciais do ensino fundamental ao/a estudante com TEA, significa legitimar o acesso e a permanência para que estes/as tenham no futuro melhores condições de vida em sociedade. Mediante, ao exposto, temos como questão problema, o seguinte questionamento: O que apontam as publicações dos programas de pós-graduação *stricto sensu* em educação, quanto ao uso de estratégias pedagógicas para assegurar o atendimento educacional das crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA)? Ademais, quais os aportes teóricos têm sido utilizados nessas pesquisas para fundamentar o atendimento da criança com TEA? Qual a relação da formação docente e as estratégias pedagógicas utilizadas com o estudante com o TEA?

Nessa direção, este estudo objetiva analisar teses e dissertações publicadas sobre as estratégias pedagógicas que vêm sendo utilizadas para assegurar o atendimento educacional do referido público com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Especificamente, identificar, nas publicações, os aportes teóricos utilizados para fundamentar o atendimento dos/as estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA); conhecer qual a relação da formação docente e as estratégias pedagógicas utilizadas com o estudante com o TEA, nas pesquisas acadêmicas.

Ao reconhecer que a educação é um direito de todos, o que inclui as crianças, os/as jovens, os/as adultos e pessoas idosas com Transtorno do Espectro Autista, cabe lembrar que, cada uma dessas pessoas tem uma maneira de ser, assim como cada professor/a tem especificidades em suas práticas pedagógicas. Essas diferenças sinalizam para a necessidade de se pensar tanto na formação inicial do/a professor/a, quanto na formação continuada, a construção necessária do conhecimento para que os/as profissionais possam desenvolver seus trabalhos pedagógicos.

E foi pensando no desafio dessa prática pedagógica em lidar com o público com Transtorno do Espectro Autista, que começamos a desejar a compreender as estratégias que podem auxiliar o trabalho docente na inclusão social do/a estudante com autismo, no ambiente escolar. Sendo assim, justificamos que essa pesquisa surgiu por meio de duas perspectivas: em primeiro lugar, por querer entender o que é o autismo; e em segundo, por já ter vivenciado



durante a realização dos nossos estágios a experiência de perceber que existem dificuldades dos professores/as em lidar na sala de aula com o/a estudante autista.

Sobre esse aspecto, esclarecemos que durante o estágio atuamos como monitoras de uma criança autista, contexto até então totalmente desconhecido. Assim, surgiram inúmeros desafios e questionamentos, o que foi angustiante, pois não tivemos em nossa formação inicial, uma preparação para lidar com essa realidade. Nesse sentido, acreditamos ser importante para a formação em licenciatura em Pedagogia, investigar para compreender melhor a construção do saber sobre o autismo e como os/as estudantes com TEA aprendem.

Assim, entendemos que a relevância dessa investigação está voltada para a construção de um caminho (estratégias pedagógicas) que apontem para os/as profissionais da educação e familiares do estudante autista, a direção que pode ser seguida para que possam incluí-los dentro do sistema educacional, a fim de assegurar que estes/as tenham direito a uma permanência de qualidade e seus direitos garantidos. E voltado a uma perspectiva de relevância social, a seguinte pesquisa contribui de maneira significativa, visto que agrega conhecimentos para profissionais e responsáveis pelas pessoas autistas, colaborando para o convívio e interação com esse público, além de fomentar o interesse de outros profissionais para essa temática.

Educação inclusiva: uma abordagem sobre Transtorno do Espectro Autista

A educação inclusiva é um desafio, visto que é permeada de direitos e não deve ser exclusivamente de responsabilidade apenas da escola, mas de toda a sociedade. O artº.37 do Estatuto da Pessoa com Deficiência afirma que é dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar a educação de qualidade à pessoa com deficiência (Brasil, 2015).

O marco decisório para se pensar sobre a educação inclusiva aconteceu na Declaração de Salamanca (Brasil, 1997) onde se determinou que toda criança e adolescente possuem características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicos; o fato é que aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular. Essa declaração garante a permanência do estudante e respeita a sua identidade social, promovendo as adaptações necessárias que atendam às necessidades individuais de cada indivíduo. Segundo Silva (2009, p. 4), o sistema educacional brasileiro está diante do desafio de ofertar uma educação que contemple a diversidade da condição humana. Desse modo, a referida autora busca ressaltar que o direito à educação assegurada a todos é um desafio, visto

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E AS ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA ASSEGURAR A INCLUSÃO: UM ESTUDO DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS

Queilânia Silva Lô Almeida • Vaneide Souza de Oliveira • Lilian Moreira Cruz

que deve se pensar uma educação de qualidade, mas dentre as reais condições do sistema escolar e do contexto de cada indivíduo.

Nessa perspectiva, que a Lei Brasileira de inclusão, nº 13.146 de 2015, assinala em seu Artigo 27, que:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (Brasil, 2015).

Sobre esse aspecto, quando se trata de atender as especificidades acima descritas, a Resolução de 1º de julho de 2015, ao qual definiu as Diretrizes Nacionais Curriculares para a formação inicial de professores/as em nível superior, assinala em seu Art.2º, que:

§ 1º Compreende-se à docência como ação educativa e como processo pedagógico intencional e metódico, envolvendo conhecimentos específicos, interdisciplinares e pedagógicos, conceitos, princípios e objetivos da formação que se desenvolvem na construção e apropriação dos valores éticos, linguísticos, estéticos e políticos do conhecimento inerentes à sólida formação científica e cultural do ensinar/aprender, à socialização e construção de conhecimentos e sua inovação, em diálogo constante entre diferentes visões de mundo (Brasil, 2015).

E levando em conta esses interesses para pensar na educação de crianças autistas, Suplino (2009 p. 5), ressalta a necessidade de se pensar uma adaptação curricular, observados o estabelecimento de uma inclusão efetiva da pessoa com autismo a partir do “suporte necessário à ação pedagógica” e as “adaptações curriculares” necessárias. Ou seja, essa adaptação se faz necessário, haja vista que o autismo é considerado pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência, como:

Comprometimento global do desenvolvimento, que se manifesta tipicamente antes dos três anos, acarretando dificuldades de comunicação e de comportamento, caracterizando-se frequentemente por ausência de relação, movimentos estereotipados, atividades repetitivas, respostas mecânicas, resistência a mudanças nas rotinas diárias ou no ambiente e a experiências sensoriais (Brasil, 2015).

Na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID-10-revisão), destaca-se a definição do Autismo Infantil (código: F84.0), visto como um Transtorno global do desenvolvimento, que se caracteriza por: um desenvolvimento anormal ou alterado, que já começa a se apresentar antes da criança completar 3 (três) anos de idade; trata-se de um transtorno característico onde também pode haver características, como



TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E AS ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA ASSEGURAR A INCLUSÃO: UM ESTUDO DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS

Queilânia Silva Lô Almeida • Vaneide Souza de Oliveira • Lilian Moreira Cruz

por exemplo: crises de birras ou agressividade, dificuldades na socialização, perturbações no sono, alimentação específica e fobias.

Isto significa que as pessoas com deficiência são pessoas que possuem uma limitação ou especificidade, e muitas delas buscam encontrar na sociedade maneiras de enfrentarem os desafios impostos a elas, para conquistarem seus espaços e oportunidades de igualdade na sociedade.

No Artigo 2º do Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015, np.), considera-se deficiência:

Toda restrição física, intelectual ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária e/ou atividades remuneradas causada ou agravada pelo ambiente econômico e social, dificultando sua inclusão social, enquadrada em uma das seguintes categorias: I - Deficiência Física; II - Deficiência Auditiva; III - Deficiência Visual; IV - Deficiência Intelectual; V - Surdo-cegueira; VI - Autismo; VII - Condutas Típicas; VIII - Deficiência Múltipla.

Por essa Lei, no Brasil, utilizamos o termo “pessoas com deficiência (PcD)”, mas esse termo nem sempre foi usado, ou seja, já houve um tempo, onde a classificação era de “pessoa deficiente”, “pessoas portadora de necessidade especial”, “incapazes”, “retardados” ou “inválidos”, em seguida, passou-se a ser usado o termo “pessoa portadora de deficiência”, como se a deficiência fosse algo escolhido pela pessoa para ter, como um objeto. E foi diante de reivindicações, na luta por melhores condições sociais, econômicas e políticas que essas pessoas foram conquistando seus espaços.

Assim, em julho de 2015 foi sancionada a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), acima já citada, que é um exemplo de luta e garantia dos direitos do grupo de pessoas com deficiências. Diante dessa concepção está englobado as pessoas com o Transtorno do Espectro Autista (TEA), que como o próprio nome já diz é um transtorno que acomete as crianças, os/as adolescentes, adultos/as e idosos/as.

É importante destacar que, o termo autismo começou a ser introduzido pela primeira vez nos estudos em 1906, pelo psiquiatra Plouller, mas como conceito o termo somente foi apresentado entre 1908/1911, pelo psiquiatra suíço Eugen Bleuler, ao qual relacionou o quadro de autismo, como tipo esquizofrênico, e ainda, como fosse uma especificidade, desenvolvido no indivíduo como um “mundo fechado”, que era próprio, fazendo com que as interações sociais e as comunicações fossem difíceis de ser alcançadas (Santos, 2009).

Contudo, o termo autismo, segundo Santos (2009), só foi descrito em 1943, pelo psiquiatra austríaco Leo Kanner. A partir daí o autismo, pelo Manual de Diagnóstico e



TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E AS ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA ASSEGURAR A INCLUSÃO: UM ESTUDO DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS

Queilânia Silva Lô Almeida • Vaneide Souza de Oliveira • Lilian Moreira Cruz

Estatístico de Transtornos Mentais - 5.^a edição (DSM-5), junto a Associação Psiquiátrica Americana (APA), passa a utilizar o termo como o Transtorno do Espectro Autista (TEA), e caracteriza-o por apresentar um desenvolvimento comprometido ou acentuadamente anormal da inserção social e da comunicação e um repertório muito restrito de atividades e interesses da criança.

Em meados da década de 1950 estes estudos foram inseridos no Brasil, a partir das pesquisas sobre psiquiatria infantil (Santos, 2009). Mas o marco decisório para garantir os direitos, inclusive do aparato educacional das pessoas com TEA, somente adveio em 27 de dezembro de 2012, através da Lei 12.764 (Brasil, 2012), também conhecida como Lei Berenice Piana, essa lei afirma que a pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais (Brasil, 2012). E no Artigo 2º, inciso VII, a Lei estabelece que deve existir o incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com autismo, bem como, esse incentivo deve ser estendido aos pais/mães e/ou responsáveis.

O transtorno pode apresentar diferentes variações, dependendo do nível de desenvolvimento e da idade cronológica. O atraso pode ocorrer em pelo menos uma das seguintes áreas: interação social, linguagem comunicativa, jogos simbólicos ou imaginários (Bagarollo; Ribeiro; Panhoca, 2013). Destarte, de acordo o DSM -5, o TEA pode apresentar no nível 1 (autismo leve), nível 2 (autismo moderado) e nível 3 (autismo severo).

O DSM-5 classifica os níveis de acordo com a necessidade de suporte. O nível 1 é considerado leve, porque a pessoa com autismo apresenta maiores dificuldades na interação social, interpretação de expressões faciais, além de apresentarem comportamentos repetitivos, assim, necessita de pouco suporte; no nível 2, já apresenta dificuldades significativas que podem afetar o seu processo de ensino e aprendizagem, e precisam de mais suportes; e o nível 3 é o que deve oferecer o maior suporte, já que os autistas apresentam graves dificuldades relacionadas as apresentadas nos níveis descritos anteriormente, principalmente, quanto às habilidades de comunicação verbal e não verbal, o que acarreta em mais desafios para os/as professores/as em lidar com esse público.

Assim, as dificuldades dos indivíduos com TEA estão diretamente ligadas a essas áreas, que tem como aspectos importantes a construção e desenvolvimento humano. Na interação social a criança pode interagir com pouca frequência ou se isolar; a linguagem comunicativa pode ser apresentada de maneira verbal e não verbal, demonstrando dificuldades na oralidade; no aspecto comportamental, interação com jogos imaginários e afins, o indivíduo pode apresentar comportamentos sistemáticos e específicos, principalmente quando não se refere a



seus interesses, pois possuem pensamentos definitivos, rotinas, e interferir nessas decisões gera desconforto em suas relações (Bacelar; Cruz, 2023).

Prática Pedagógica e Estratégias Pedagógicas para o estudante com TEA

A prática pedagógica é considerada como parte da prática social, pois se consolida a partir de processos de formação inicial e de conhecimentos adquiridos ao longo do percurso profissional docente, no âmbito de suas ações políticas e sociais na educação. As práticas pedagógicas se referem a práticas sociais que são exercidas com a finalidade de concretizar processos pedagógicos (Franco, 2016).

Dessa maneira, a prática pedagógica é um fator de grande importância para intensificar o trabalho docente, já que são práticas que objetiva organizar e fortalecer as propostas educativas planejadas pelo/a professor/a. E afirma Franco (2016, p.538), que as “práticas pedagógicas realizam-se como sustentáculos à prática docente, num diálogo contínuo entre os sujeitos e suas circunstâncias, e não como armaduras à prática, que fariam com que esta perdesse sua capacidade de construção de sujeitos”. Essa ação parte, portanto, de uma organização intencional da prática docente para atender a certas expectativas educacionais de requisitos/exigências específicas da comunidade social. Nesse sentido, enfrentam um dilema essencial em sua construção: sua representação e valor advém de contratos sociais, negociações e deliberações com o coletivo. Ou seja, a prática docente é organizada e desenvolvida por meio de diálogos, persistência e negociação em conjunto.

Já as estratégias pedagógicas são mais específicas, voltadas para a particularidade de cada situação vivenciada pelo docente. Além disso, o profissional deve estabelecer quais são as estratégias que consegue identificar para cada situação, portanto, deve se adequar e dispor de ações que intensifiquem o seu trabalho, promovendo propostas que colaborem para o processo de ensino. Para Maieski (2013), às estratégias pedagógicas, refere-se a uma variedade de recursos e atividades que são propostas a fim de assegurar motivação para que a aprendizagem do/a educando/a ocorra efetivamente.

Sendo assim, ao aplicar as estratégias, o/a professor/a precisa focar na proposta de aprendizagem e na elaboração de atividades que intensifique o desenvolvimento cognitivo para que se alcance a resolução das atividades propostas, considerando o esforço e dedicação do/a estudante, para isso, deve se organizar em seu planejamento de aulas. Portanto, considera-se

estratégias pedagógicas os métodos, atividades e recursos didáticos que podem facilitar e potencializar o processo de ensino e aprendizagem na relação professor/a e aluno/a.

A escola regular e a sala multifuncional (Atendimento Educacional Especializado) do/a estudante com TEA

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96, busca auxiliar o/a profissional especializado/a e capacitado/a para garantir o atendimento da pessoa com necessidades especiais nas escolas regulares. É direito dos/as estudantes com TEA serem inseridos/as na educação com ensino regular, e segundo Holanda (2021), é um aspecto que permite considerar a afirmação de que o/a professor/a auxiliar é de suma importância para adaptação da criança nesse contexto, não somente para ajudá-lo/a nas atividades desempenhadas em aula, mas também em todas as rotinas escolares.

Para acontecer o Atendimento Educacional Especializado - AEE do/a estudante com TEA é necessária uma Sala de Recursos Multifuncionais (SRM). De acordo com as Diretrizes da Educação Inclusiva no Estado da Bahia (2017, p. 36), esta sala:

Trata-se de um espaço localizado em unidade de ensino regular da Educação Básica, organizado com equipamentos de informática, tecnologia assistiva ou ajuda técnica, materiais pedagógicos e mobiliário adaptado que oferece atendimento educacional especializado para estudantes com significativas diferenças físicas, sensoriais, intelectuais ou comportamentais em turno oposto à frequência deles a classe comum.

Diante desse contexto, os espaços para atendimento dessas pessoas devem ser pensados de acordo com suas singularidades, buscando valorizá-las e construindo estratégias permitindo despertar um novo olhar ao profissional, além de proporcionar ao/a estudante um avanço em seu processo de aprendizagem. Para além dessas construções de aprendizagens, os/as estudantes conseguem criar elos de afetividade e conforto, favorecendo o desenvolvimento de suas habilidades por ser um ambiente que irá lhes proporcionar diferentes oportunidades de interação e superação dos desafios.

É importante salientar que, para que o processo do ensino regular seja contínuo e significativo, e que consiga realizar avanços, inclusão e a interação das pessoas no contexto do espaço do ensino regular, é necessário utilizar-se de atuação pedagógica mediada, estimulação e motivação para a aprendizagem e intervenção contínua (Bahia, 2017), elementos considerados como indispensáveis no atendimento educacional especializado (AEE). Nesse sentido, é fundamental também uma relação dialógica entre os/as profissionais, os familiares e a comunidade escolar inseridas no contexto escolar das pessoas atendidas no AEE.

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E AS ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA ASSEGURAR A INCLUSÃO: UM ESTUDO DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS

Queilânia Silva Lô Almeida • Vaneide Souza de Oliveira • Lilian Moreira Cruz

Compreendendo a importância das relações interpessoais e sabendo das dificuldades das pessoas autistas em manter contato com o outro, podemos inferir a necessidade desses sujeitos na construção das relações sociais para o aprimoramento de habilidades essenciais em sua formação e desenvolvimento social. De acordo com Camargo e Bosa (2012), o contexto escolar oportuniza contatos sociais, favorecendo o desenvolvimento da criança autista, assim como o das demais crianças, na medida em que convivem e aprendem com as diferenças.

Salientamos, portanto, a escola regular e a sala multifuncional como indissociáveis na construção e desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes com TEA, e a necessidade que as políticas públicas quando cumpridas têm no atendimento educacional especializado. Mas para além de buscar esse atendimento adequado, em sua atuação pedagógica os/as profissionais precisam pensar nas possibilidades e estratégias para trabalhar com o/a estudante no cenário do ensino regular e salas de recursos multifuncionais de maneira significativa, bem como:

Visando uma proposta inclusiva, humanizada e sensível, que considera todo o aluno como sendo sujeito aprendiz, é vital o conhecimento do alunado, de suas preferências, suas singularidades e potencialidades. Conhecer as individualidades dos alunos é ponto de partida para pensar estratégias de aprendizagem que alcancem a todos e que promovam sua interação, visto que os próprios alunos podem e devem ser aliados no processo inclusivo (Nogueira; Orrú, 2019).

Desse modo, o/a professor/a não pode se limitar ao diagnóstico, mas sim partir do que o/a estudante com TEA demanda de aprendizagem, através de um olhar reflexivo/crítico e com estratégias pensadas para que ocorram avanços em seu processo de construção do conhecimento, permitindo assim um ambiente inclusivo e a garantia de seus direitos. Além disso, a interação social contribui para valorizar e ampliar o repertório vocabular das pessoas autistas, permitindo com que eles/as desenvolvam as habilidades as quais apresentam alguma dificuldade, e que seja de seu interesse, possibilitando assim a inserção de novos conhecimentos.

Percurso metodológico

Este estudo é pautado em uma abordagem qualitativa, por considerar a subjetividade “como fonte de informação sobre o comportamento humano” (Phillips, 1974, p. 187 *apud* Menga, 1986). Outro ponto abordado por Menga (1986), são as vantagens de utilizar esse tipo de abordagem, por se tratar de uma fonte real e rica de informações.



TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E AS ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA ASSEGURAR A INCLUSÃO: UM ESTUDO DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS

Queilânia Silva Lô Almeida • Vaneide Souza de Oliveira • Lilian Moreira Cruz

Para Lakatos e Marconi (2010, p. 269), a abordagem qualitativa se preocupa em “analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento etc.”. Logo, o foco dessa pesquisa de abordagem qualitativa é o de buscar pela pesquisa bibliográfica, fundamental para entender de maneira mais significativa a problemática a ser abordada pelas pesquisadoras. Em relação a uma investigação bibliográfica, Gil (2002), afirma que a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao/a investigador/a a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.

Para alcançar os objetivos deste estudo, realizamos uma busca no banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), tendo como base os seguintes descritores: “Transtorno do Espectro Autista” e “Estratégias pedagógicas”. O Catálogo indicou dois (02) registros com referidos descritores, sendo apenas dissertações, uma publicada em 2020 (Barbosa, 2020) e a outra em 2022 (Ferreira, 2022). Assim sendo, acrescentamos mais um descritor, como “atendimento educacional especializado”, a busca apontou três estudos, todos publicados em 2022 e sendo dissertações. Ao cruzar os dados, observamos que o estudo de Ferreira (2022) apareceu também na nova busca.

É importante enfatizar que priorizamos analisar teses e dissertações defendidas em Programas de Pós-Graduação, no período compreendido entre 2018 a 2023, ou seja, publicadas no espaço temporal de cinco anos. Contudo, pelo quantitativo de trabalhos encontrados, não utilizamos o marco temporal no filtro, visto que só apareceram pesquisas a partir de 2020. Destarte, ressaltamos que este estudo se caracteriza como “Estado da Arte”, posto que tem como foco mapear o movimento das pesquisas em um determinado tempo, buscando suas características, o campo, os aportes teóricos, as tendências temáticas e metodológicas etc.

Essa busca implicou no encontro de quatro (04) pesquisas, as quais foram selecionadas para análise em sua integralidade, sendo todas dissertações. Após a busca dessas pesquisas, foi fundamental construir um quadro para descrever as dissertações, com destaque para nome do autor, título da pesquisa, Universidade/localidade e ano de publicação, que são apresentados a seguir:



TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E AS ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA ASSEGURAR A INCLUSÃO: UM ESTUDO DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS

Queilânia Silva Lô Almeida • Vaneide Souza de Oliveira • Lilian Moreira Cruz

Quadro 1 - Dissertações

Autor/a	Título da Pesquisa	Universidade/localidade	Ano de publicação
Ana Jéssily Camargo Barbosa	Estratégias de ensino na promoção à saúde da criança e Adolescente autista: revisão integrativa de literatura	Universidade Estadual do Oeste Do Paraná – Unioeste / Foz do Iguaçu	2020
Mariele Neli Finatto Vasselai dos Santos	Práticas baseadas em evidências na rede regular de Ensino do Estado de Santa Catarina: uma aproximação A partir dos saberes dos professores e de práticas com evidência de efetividade	Universidade Federal de Santa Maria / Rio Grande do Sul	2022
Daniela Nascimento Ferreira	O desenvolvimento de material autoinstrucional como facilitador do acesso a informações para inclusão escolar de estudantes com transtorno do espectro autista	Universidade Estadual De Ponta Grossa / Ponta Grossa	2022
Luciana de Almeida Guedes	Alfabetização de crianças com autismo e a Comunicação Aumentativa e Alternativa: uma revisão sistemática da literatura	Universidade do Estado do Rio de Janeiro / Rio de Janeiro	2022

Fonte - Dados da pesquisa

A referente análise buscou identificar nas dissertações, através de uma leitura detalhada e crítica, elementos que conseguissem responder aos objetivos propostos neste estudo, e para melhor nortear e estruturar os achados da pesquisa, após análise dos trabalhos encontrados, foram apontadas três seções a serem tratadas em seguida: a) Referencial Teórico, b) Estratégias pedagógicas, e c) Formação docente, elementos versados como essenciais para assegurar o atendimento educacional da criança com TEA.

Buscando alcançar os objetivos dessa pesquisa e melhor discussão dos trabalhos analisados, dividimos esta seção em três tópicos para nortear a análise e discussão dos dados. Primeiramente analisamos os aportes teóricos usados nas dissertações para discutir a temática TEA; em seguida, elencamos as estratégias utilizadas para assegurar o atendimento educacional da criança com TEA, e logo depois, discutimos a respeito da formação docente para assegurar

o atendimento educacional das crianças com TEA, abordados nas respectivas pesquisas citadas anteriormente.

Aportes teóricos usados nos trabalhos publicados para discutir a temática TEA

Analisando as dissertações, identificamos o cuidado das autoras na busca em trazer o contexto histórico, tanto no sentido de abordar como essa temática tem se configurado ao longo dos anos no meio acadêmico, como pelo empenho dos/as pesquisadores/as na exploração e levantamento dos dados para a comunidade em geral, e da mesma forma em trazer a linha do tempo das conquistas que essas pessoas vêm conseguindo com as políticas de inclusão alcançadas para melhoria de vida das pessoas com deficiência.

Apesar de ainda existirem desafios nas atribuições sobre o termo autismo, os estudos evidenciam que as pesquisas referentes ao Transtorno do Espectro Autista se iniciaram desde 1911, com o psiquiatra Eugen Bleuler; e em um período mais tarde, o psiquiatra Leo Kanner trazia a sua contribuição. Paralelo a isso, Barbosa (2020), traz as contribuições de Bosa e Callias (2000), que apresentam ainda o componente de prejuízo ao “brinquedo imaginativo” que, unido aos danos cognitivos, afetam a interação social, comunicação verbal e não-verbal. Mas o Manual de Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais (DSM), em sua quinta edição, considerou o Transtorno do Espectro Autista (TEA) como pertencente à categoria denominada transtornos do neurodesenvolvimento.

Com o objetivo de melhor compreensão a respeito do Transtorno do Espectro Autista, Finatto (2022) destaca a importância de se conhecer as particularidades dos sujeitos autistas ressaltando que a nomenclatura espectro define a heterogeneidade sintomatológica do TEA, uma vez que a combinação de suas características se manifesta de modo singular em cada indivíduo. Ainda em seus estudos, Finatto (2022), traz que nas contribuições de Schmidt (2017) que existe a necessidade em se compreender o autismo como um espectro onde as características das áreas de comunicação e comportamento se manifestam de forma diferente e de maneira independente em cada pessoa.

Outro ponto importante levantado nas pesquisas foram as características das pessoas com autismo. Barbosa (2020) em seus estudos, salienta que as manifestações costumeiras do TEA são identificadas logo no início do desenvolvimento da primeira infância, todavia, muitas vezes, se materializam mais tarde, quando as relações sociais se evidenciam. Entretanto, Finatto

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E AS ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA ASSEGURAR A INCLUSÃO: UM ESTUDO DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS

Queilânia Silva Lô Almeida • Vaneide Souza de Oliveira • Lilian Moreira Cruz

(2022) aponta que as manifestações das características aparecem durante todo desenvolvimento do indivíduo e acaba por limitar ou prejudicar, em diferentes graus, seu funcionamento.

Diante do exposto, vale ressaltar as particularidades trazidas pelas autoras para estabelecer as características de uma pessoa com TEA, dentre estas, Guedes (2022), traz as contribuições de Kanner ao sustentar que crianças com autismo têm dificuldade em se relacionar emocionalmente com outras pessoas, pois não teriam a capacidade inata de perceber e responder às linguagens corporais (expressão facial e gestual), e, conseqüentemente, não seriam capazes de interagir socialmente. Nesse sentido, Finatto (2022) traz as contribuições de Flannery e Wisner-Carlson (2020) ao afirmarem que o autismo apresenta comorbidades como transtornos de linguagem, problemas comportamentais, transtorno de déficit de atenção/hiperatividade, depressão, ansiedade e outras condições psiquiátricas.

Relacionando as características identificadas nas crianças com TEA com os estudos de Braga Júnior (2018), o autor salienta que, o prejuízo na interação social, na flexibilização de pensamento e ação, na comunicação e o repertório restrito de atividades e interesses são características marcantes que variam, dependendo do nível de desenvolvimento e idade. Logo, ao relacionar com o ambiente escolar, nos referindo especificamente a assistência que os/as estudantes autistas necessitam na escola, debatemos a validação do atendimento educacional especializado para assegurar o direito à educação dos/as estudantes com necessidades especiais, visando esse olhar para o TEA, que têm especificidades em suas relações interpessoais. Portanto, demanda aos/as professores/as que trabalham com esses/as estudantes um vasto conhecimento e experiência na área, para assim proporcionar ao mesmo uma educação de qualidade.

É nesse sentido que destacamos a importância de aprofundarmos os estudos e pesquisas quanto à temática discutida. Os profissionais da educação necessitam compreender o TEA para buscar estratégias pedagógicas a serem realizadas com os/as estudantes, mas para isso, é imprescindível criar vínculos afetivos com esses/as estudantes, posto que são fundamentais para possibilitar uma construção diária de conhecimentos e experiências, e que caracterize à pessoa com autismo não como limitados pelo seu diagnóstico, mas sim, como capazes de desenvolver habilidades quando o seu atendimento é assegurado, não apenas quanto a um espaço adequado, mas no que se refere também a uma formação continuada de professores/as que contemple as especificidades dos/as estudantes com TEA.

Os/as professores/as precisam se atentar ao contexto dos estudantes com TEA, nessa perspectiva, Braga Júnior (2018, p. 75) nos traz:



Quando tratamos de criança e jovens com TEA precisamos compreendê-los em seu contexto familiar, escolar e social para adequá-los melhor a turma, a faixa etária e as relações que poderão ser construídas na escola, bem como os serviços profissionais necessários para realizarmos um planejamento que considere todas estas dimensões, a fim de que o ganho na convivência educacional seja de melhor aprendizagem.

Destarte, é importante ao/a profissional essa busca constante por conhecimentos, para promover uma reflexão sobre suas ações e vivências na educação, visto que é uma maneira de analisar os princípios e os resultados de suas práticas, especialmente no contexto da educação inclusiva. Porém, esses resultados devem estar aliados não somente a sua construção em sala com os/as estudantes do AEE, mas também com a participação e envolvimento dos familiares e de todos os membros da escola. Posto isso, essa relação escola e família, o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes com TEA poderá levá-los a uma relação de novos interesses, não limitando somente às especificidades/dificuldades encontradas.

Estratégias utilizadas para assegurar o atendimento educacional da criança com TEA

Para melhor elencar as estratégias utilizadas pelas autoras para assegurar o Atendimento Educacional Especializado (AEE) do/a estudante com TEA, selecionamos as principais abordagens realizadas pelos/as professores/as na sala de aula regular que foram levantadas nas pesquisas. Dentre elas, ressaltamos a relevância dos professores(as) em conhecer as particularidades desse aluno(a), pois as características do autismo tendem a se manifestar de diferentes maneiras em cada criança. Barbosa (2020), em suas pesquisas, destaca que conforme Souza *et al.* (2019), aos/as professores/as é necessário olhar acurado para as estereotípias do TEA, de modo a perceber e interpretar subjetivamente o comportamento do/a aluno/a, desta forma, torna-se possível propor intervenções adequadas.

Outro ponto levantado nas pesquisas, se refere a importância do planejamento, que contribui para organização dos atendimentos especializados, principalmente das pessoas com TEA. O planejamento educacional ressaltado por Barbosa (2020) através das contribuições de Carvalho (2019), é um planejamento que, pode incorporar estratégias em que há uma rotina empregada, além do desenvolvimento de tarefas que estimulem a memorização e socialização, bem como a organização e o estabelecimento de limites, conforme proposto por Carvalho (2019). Nessa perspectiva, Finatto (2022) traz nas afirmações de Vilaronga e Mendes (2014),

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E AS ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA ASSEGURAR A INCLUSÃO: UM ESTUDO DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS

Queilânia Silva Lô Almeida • Vaneide Souza de Oliveira • Lilian Moreira Cruz

que o trabalho em parceria para planejamento e elaboração de novas estratégias para o ensino beneficia toda a classe.

Nesse sentido, o próximo ponto diz respeito à relevância do ensino colaborativo, no sentido de ajudar o/a estudante em seu processo de desenvolvimento. Para Finatto (2022, p. 31), entende-se o “ensino colaborativo, ou coensino, como o trabalho articulado do professor especialista junto ao professor do ensino comum [...] e que aconteça de forma colaborativa, todos sendo responsáveis pelo desenvolvimento do estudante”. Consolidando a essa perspectiva, Barbosa (2020) destaca que é imprescindível que os atores que compõem essa rede de apoio relacionem-se mutuamente, de modo que as ações de cuidado (seja educacional, terapêutica ou familiar) desenvolvam-se de modo contínuo e indissociável.

Além das estratégias já apresentadas, há outras existentes, e que, apesar de serem pouco conhecidas e/ou utilizadas, podem colaborar para o processo de ensino e aprendizagem das crianças com TEA. Dentre essas, destacamos, o uso de instrumentos, como o Plano de Ensino Educacional Individualizado (PEI), o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), e a Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA), que são consideradas como possibilidades para contribuir na inclusão no cenário da educação.

O Plano de Ensino Educacional Individualizado (PEI) é um documento que assim como o planejamento coletivo (PC) realizado com professores/as e coordenadores/as, também deve ser elaborado de maneira coletiva com a equipe escolar, juntamente com profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE) que realiza o acompanhamento da criança, buscando alinhar ideias no intuito de contribuir para o seu avanço. Em contrapartida, Guedes (2022) salienta a importância da articulação intersetorial que já é prevista na legislação brasileira (Brasil, 2014), mas que, infelizmente, ainda não é institucionalizada na prática da maioria das escolas do país.

Trazendo em foco a discussão, para Braga Júnior (2018), no “chão” da escola ainda se evidenciam fragilidades no sistema educacional brasileiro diante da realidade produzida pela inclusão de alunos/as com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e/ou necessidades educacionais específicas. Nessa perspectiva, entendemos o quanto ainda é necessário a inclusão ser efetivada no ambiente escolar para que seja assegurado o AEE, visto que, apesar de existirem leis que visam proporcionar um atendimento adequado às pessoas com necessidades especiais, ainda há lacunas quando o assunto é atuação docente.

Outra estratégia é o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), que diferentemente do que procede no PEI, não necessita de alteração no currículo, como explica Ferreira (2022), através das contribuições de Pletsch *et al.* (2017), que as várias formas de



TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E AS ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA ASSEGURAR A INCLUSÃO: UM ESTUDO DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS

Queilânia Silva Lô Almeida • Vaneide Souza de Oliveira • Lilian Moreira Cruz

apresentar o conteúdo e as informações podem contemplar as múltiplas aprendizagens dos/as estudantes presentes na sala de aula. Desse modo, a partir do momento em que o/a professor/a usa o DUA como estratégia para contribuir para o aprendizado de todos/a, este/a deve lidar com os quatro elementos do currículo comum: Objetivos, a Avaliação, os Métodos e os Materiais. E para Ferreira (2022), o DUA possibilita contemplar as múltiplas formas de aprendizagem, independentemente de os/as estudantes possuírem alguma necessidade específica de aprendizagem ou não.

Outra abordagem que pode ser usada pelos/as professores/as se trata dos sistemas de Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA), que segundo Guedes (2022) são formas de se expressar, diferentes da linguagem oral, que visam suprir e/ou compensar dificuldades de comunicação e linguagem de muitas pessoas com Necessidades Complexas de Comunicação (NCC). Nessa mesma perspectiva, Finatto (2022), em seus estudos, traz o depoimento de uma professora ao utilizar esse tipo de abordagem: “No caso desse meu aluno, ele não é verbal, então eu utilizo imagens com ele, com cartões e uma prancheta. [...] Agora ele já consegue indicar, ele mostra a figura quando ele tem vontade, já fala “xixi” e vamos ao banheiro com mais autonomia”.

No caso descrito, estavam presentes os recursos sem auxílio de tecnologias assistivas, visto que estas são de difíceis acessos, o que não impossibilitou a comunicação entre a professora e criança. O uso cartões de papel com imagens contribuíram para interação e aprendizagem. Assim, compreendemos a importância de conhecer as especificidades de cada criança, buscando desenvolver estratégias significativas para cada situação. Guedes (2022) enfatiza que é necessário que os/as profissionais conheçam as opções de CAA que estão disponíveis, para selecionar as que melhor se ajustam às necessidades e habilidades do indivíduo com NCC.

Nesse viés, também é fundamental que os/as profissionais utilizem em sua abordagem os materiais didáticos e as atividades lúdicas, que segundo Barbosa (2020), permitem ao/a aluno/a a vivência de problemas cotidianos através de “jogos planejados e livres”, estimulando a criança a desenvolver atividades físicas e mentais, beneficiando as relações sociais, afetivas, cognitivas, sociais, morais, culturais e linguísticas. Além disso, tem como intuito estabelecer uma relação mais proximal da criança com os/as profissionais, construindo um elo que será fundamental para garantir uma experiência produtiva e significativa para os indivíduos envolvidos nesse processo.

E para concluir essa discussão, ressaltamos que Finatto (2022) traz em sua pesquisa, levantando as contribuições de Steinbrenner *et al.* (2020), à abordagem do conceito de Práticas



Baseadas em Evidências (PBE). Para a referida autora são práticas que têm evidências claras dos seus efeitos positivos quando aplicadas em intervenções com crianças e jovens com TEA. Ao longo do estudo, Finatto (2022) buscou verificar o quanto as práticas docentes utilizadas pelos/as professores/as da rede regular de ensino do Estado de Santa Catarina, junto a estudantes com TEA, se assemelham às PBE. Dentre as práticas utilizadas que foram citadas na pesquisa, elencamos abaixo aquelas cujo percentual de professores/as que as utilizam diariamente ultrapassa os 97%, assim se destacam: A Análise de Tarefas (TA), Atraso de Tempo (TD), Prompting (PP), Instrução e Intervenção Baseada em Pares (PBII), Intervenção Baseada no Antecedente (ABI), Intervenção Naturalística (NI), Modelagem (MD), Reforçamento (R), Reforço Diferencial (DR) e Suporte Visual (VS).

Diante das estratégias aqui elencadas, ressaltamos a importância do/a professor/a no processo mediação dos saberes, Cunha (2012) reforça que é preciso que o/a professor/a não seja apenas um transmissor de conhecimento, devendo haver uma troca de saberes entre docente e discente, cabendo ao mesmo intervir quando preciso diante dos conflitos que podem surgir. Assim, transformando sua prática/ação em momento de conhecimento para que possa colaborar para a melhoria do avanço integral não somente dos/as estudantes autistas, mas do coletivo.

Formação docente para assegurar o atendimento educacional dos estudantes com TEA

Levantando a discussão a respeito da formação docente trazida nas referidas pesquisas para garantir o atendimento educacional dos/as estudantes com TEA, Barbosa (2020), traz nas contribuições que Adurens e Vieira (2018) admitem que o despreparo profissional dos/as docentes esteja relacionado a lacunas ainda durante a sua trajetória acadêmica, onde o assunto “inclusão” fora abordado superficialmente, subordinando-o à busca de novos conhecimentos e atualizações sobre a temática. Complementa trazendo as contribuições de Schmidt, Ramos e Bittencourt (2019) ao relatarem que a complexidade do TEA requer dos/as professores/as, atuantes na educação básica, formação continuada, como requisito legal e em destaque para o sistema de ensino.

Nessa tônica, Ferreira (2022) aborda que a formação de professores/as deve ser um compromisso dos sistemas educacionais que prezam pela qualidade do ensino, o que reforça a importância da garantia dos direitos do estudante com TEA para que o/a mesmo/a possa avançar no processo de construção de sua aprendizagem no ambiente escolar. Complementa ao abordar que um dos obstáculos que impedem as escolas de se adequarem ao processo inclusivo é a falta

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E AS ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA ASSEGURAR A INCLUSÃO: UM ESTUDO DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS

Queilânia Silva Lô Almeida • Vaneide Souza de Oliveira • Lilian Moreira Cruz

de formação e de apoio colaborativo, que culmina no despreparo dos/as professores/as ao lidar com estudantes com deficiência.

Alusivo a essa ideia, Barbosa (2020) destaca que há lacunas no processo de formação acadêmica dos/as profissionais atuantes no processo de ensino da educação inclusiva, e este fato pode deixá-los/as inseguros/as diante da complexidade do TEA. Nesse ponto, Finatto (2022) traz pelas contribuições de Mendes, Almeida e Toyoda (2011) que a formação insuficiente dos/as professores/as, aliada à falta de profissionais especializados que lhe ofereçam suporte pedagógico no dia a dia, acarreta sensação de isolamento, impotência e incompetência para lidar com os/as estudantes públicos da educação especial.

Relacionado a essas afirmações, Finatto (2022) salienta que precisamos compreender que os cursos de formação acadêmica dos/as professores/as falham ao não abordar tópicos relativos ao TEA e práticas cientificamente validadas, ou seja, o/a professor/a vai atuar na educação básica sem ter propriedade desses conhecimentos. Além disso, em relação às Práticas Baseadas em Evidências, aborda os estudos de Stahmer *et al.* (2015), pois o mesmo discursa que os/as professores/as precisam receber cursos de formação sobre estas práticas para que estejam mais próximas à realidade escolar, por se tratar de práticas cientificamente validadas, e que, na maioria dos casos, tem ajudado na inclusão das crianças autistas.

Assim, ressaltamos a importância da formação continuada ser proposta pela instituição de ensino a qual o/a professor/a faz parte, pois se torna recurso fundamental para o docente, por se tratar de um momento de diálogo, reflexão de sua prática e planejamento coletivo, que alinhado às perspectivas e realidades da escola, contribui de maneira positiva na construção do planejamento pedagógico e troca de experiências, levando-os/as a refletir sobre suas práticas e estratégias pedagógicas aplicadas na sala de aula. Desse modo, os profissionais e responsáveis na área da educação inclusiva, no processo de formação continuada, têm a oportunidade de compartilhar experiências no intuito de refletir e buscar melhorias para sua atuação como profissional, bem como, reafirmar a luta por políticas públicas para o Atendimento Educacional Especializado

E Braga Júnior (2018, p. 52), salienta:

O profissional que reflete sobre sua prática, constitui-se como uma alternativa que deve ser incorporada aos contextos formativos do professor da Sala de AEE e da Inclusão em seu sentido mais amplo, apoiando-se nas ações coletivas e no fazer interdisciplinar para a construção de um conhecimento que possa dar conta de toda diversidade das nossas instituições de ensino.

Pelos desafios encontrados na educação, a formação continuada é indispensável para a constante construção de conhecimentos e saberes do profissional de educação. A formação



docente, permite aos/ás professores/as não apenas uma organização do planejamento coletivo, mas também o envolvimento das ações coletivas vivenciada por outro/a profissional, promovendo experiências que agregam ainda mais no exercício das suas práticas, aprendizados e de conhecimentos adquiridos e compartilhados.

Assim, concluindo a análise das dissertações, destacamos a importância do/a professor/a estar em constante formação frente aos inúmeros desafios da educação escolar e diante das possibilidades existentes, possam auxiliar o estudante com TEA em seu processo de construção da aprendizagem. Para Sousa (2019), o/a professor/a é o/a mediador/a de diferentes possibilidades de atuação, sendo ele/a quem vai criar e pensar, de maneira democrática, ações pedagógicas que contribuam para o sucesso escolar de todos/as. Por isso, a formação continuada contribui na construção do profissional de educação, são momentos que proporcionam muitas reflexões, experiências proveitosas e o estímulo de novas aprendizagens e práticas pedagógicas enriquecedoras para a sua atuação.

Considerações finais

Os estudos revelam que apesar das discussões sobre a temática TEA já existirem desde 1911, com as contribuições do psiquiatra Eugen Bleuler, e muitas pesquisas terem surgido ao longo desse percurso, pelas contribuições de pesquisadores/as, ainda é parca as pesquisas em relação às estratégias pedagógicas que são aplicadas no ambiente escolar atrelado a essa realidade. Sobretudo, é válido ressaltar que dentre os objetivos propostos nesta pesquisa, com a finalidade de ampliar os estudos sobre o Transtorno do Espectro Autista e as estratégias pedagógicas para assegurar a inclusão, salientamos que foi possível alcançá-los, pois diante das dissertações analisadas obtivemos resultados satisfatórios ao que foi proposto.

No decorrer da pesquisa, foi possível analisar como a educação inclusiva, especificamente o atendimento dos/as estudantes autistas no ambiente escolar, atrelado a estratégias pedagógicas eficazes, são fundamentais para a garantia de uma educação de qualidade para esse público. Destarte, os estudos apontam para a necessidade de os/as professores/as buscarem compreender as especificidades de cada situação, pois se faz necessário conhecer o TEA, e através de uma formação continuada, conhecer as estratégias que podem auxiliar os/as profissionais e os familiares no atendimento dos/as estudantes com autismo, visto que, esse atendimento irá potencializar os saberes e conhecimentos que os/as estudantes autistas já possuem e contribuir na constituição de novos.

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E AS ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA ASSEGURAR A INCLUSÃO: UM ESTUDO DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS

Queilânia Silva Lô Almeida • Vaneide Souza de Oliveira • Lilian Moreira Cruz

Além disso, é notória a necessidade de avaliar as antigas práticas que não têm alcançado resultados satisfatórios no processo de ensino-aprendizagem, e se aprofundar em novas estratégias que obtenham resultados relevantes, para que a esse/a estudante com TEA seja permitida uma educação de qualidade e equitativa como é previsto na lei. Nesse sentido, Barbosa (2020) ressalta que ao ambiente escolar é necessário que sejam realizadas adaptações no sistema educacional para recebê-los/as, uma vez que estar num ambiente escolar regular é direito de todo cidadão e cidadã.

Assim, com a análise das dissertações, apontamos o Plano de Ensino Educacional Individualizado (PEI), o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), e a Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) como estratégias pedagógicas que auxiliam os profissionais em sala de aula para oferecer aos estudantes uma educação especializada a suas necessidades especiais. Além do atendimento no ambiente escolar, os/as professores/as, através dessas práticas e da formação continuada e permanente, vivenciam experiências com outros/as profissionais, e assim, podem construir, juntamente com os familiares, maneiras de desenvolver ainda mais as habilidades e interesses dos/as autistas. O AEE não deve estar atrelado apenas ao currículo escolar, mas sim, um trabalho coletivo, sendo articulado com a sala regular.

Diante disso, são necessárias mudanças nos currículos dos cursos de formação de professores/as, onde ocorrem o processo de formação inicial e continuada, para que possam ampliar as ofertas de disciplinas voltadas para o público da educação especial (Público com Deficiência, Transtorno Global do Desenvolvimento, Altas habilidades ou Superdotação) e dialogar com as demandas da educação básica. Além do carecimento de um processo de formação permanente não somente aos/as professores/as atuantes na educação básica, mas também a todos/as que fazem parte da equipe escolar, visando uma educação verdadeiramente inclusiva, e que esteja voltada para a realidade de cada estudante atendido no AEE. Assim, salientamos a importância do ensino colaborativo e a participação dos familiares a fim de buscar o desenvolvimento social e a inclusão desse público nas escolas regulares.

Posto isso, destacamos como relevante nesse estudo, o aprimoramento de nossos saberes e conhecimentos, para que em nossa futura atuação como docente possamos oferecer aos/as estudantes uma educação equitativa, e assim, ajudá-los/as na construção da aprendizagem significativa, partindo de suas habilidades e podendo aprimorá-las. Por conseguinte, esperamos que esse estudo contribua para a formação tanto dos/as estudantes de licenciatura quanto dos/as professores/as atuantes com esse público, se constituindo como uma leitura reflexiva para despertar-lhes o interesse em proporcionar aos/as estudantes com TEA atividades que sejam produtivas para seu processo de aprendizagem.



Referências

BACELAR; Lara Maria; CRUZ, Lilian Moreira. Trajetória autoformativa na atuação pedagógica como coensino de uma criança autista. *In*: FERREIRA, Lúcia Gracia; FERRAZ, Roselane Duarte; FERRAZ, Rita de Cássia Souza Nascimento Ferraz (orgs.). **Inclusão e diversidade**: relações dialógicas nas práticas de ensino e pesquisa. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. p. 41-64.

BAGAROLLO, Maria Fernanda; RIBEIRO, Vanessa Veis; PANHOCA, Ivone. O brincar de uma criança autista sob a ótica da perspectiva histórico-cultural. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 19, p. 107-120, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/dMKstH3Rt4DBB5Q5hsnwDhK/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 06 out. 2023

BAHIA. **Diretrizes da Educação Inclusiva no Estado da Bahia**. Secretaria da Educação. Salvador, 2017.

BARBOSA, Ana Jéssily Camargo. **Estratégias de ensino na promoção à saúde da criança e Adolescente autista**: revisão integrativa de literatura. 2020. Dissertação (Mestrado em Ensino) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2020.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRAGA JÚNIOR, Francisco Varder Braga; BEDAQUE, Selma Andrade de Paula. **Atendimento educacional especializado para o estudante com transtorno do espectro autista**. Mossoró: Ed. UFERSA, 2018.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 2. ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 1996.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. 2. ed. Brasília, DF: Corde, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. **Ensino Fundamental de nove anos**: Orientações gerais. 2009.

BRASIL, **Estatuto da pessoa com deficiência**. Secretaria de Editoração e Publicações Coordenação de Edições Técnicas, Senador Federal. Brasília-DF, 2015.

BRASIL, **Lei n. 12.764** de 27 de dezembro de 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm. Acesso em: 19 de junho de 2022.

BRASIL, **Plano Nacional de Educação** – PNE, LEI Nº 13.005 de 25 de junho de 2014.

BRASIL. **Resolução de 1º de julho** de 2015. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=136731-rcp002-15-1&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192 . Acesso em: 19 jun. 2022.



TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E AS ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA ASSEGURAR A INCLUSÃO: UM ESTUDO DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS

Queilânia Silva Lô Almeida • Vaneide Souza de Oliveira • Lilian Moreira Cruz

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

DSM-5. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. [American Psychiatric Association; tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento ... et al.]; revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli ... [et al.]. 5. ed. **Dados eletrônicos**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

CAMARGO, Siglia Hoher; BOSA, Cleonice Alves. Competência Social, Inclusão Escolar e Autismo: Um Estudo de Caso Comparativo. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 28, n. 3, p. 315-324, 2012. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/revistaptp/article/view/18165>. Acesso em: 6 nov. 2023.

FERREIRA, Daniela Nascimento. **O desenvolvimento de material autoinstrucional como facilitador do acesso a informações para inclusão escolar de estudantes com transtorno do espectro autista**. 2022. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Inclusiva) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2022.

FINATTO, Mariele. **Práticas Baseadas em Evidências na rede regular de ensino do estado de Santa Catarina: uma aproximação a partir dos saberes dos professores e de práticas com evidência de efetividade**. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Estadual de Santa Maria, Santa Maria, 2022.

FRANCO, Maria Amélia do Rosario Santoro. Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 97, n. 247, p. 534-551, 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas S/A, 2002.

GUEDES, Luciana de Almeida. **Alfabetização de crianças com autismo e a Comunicação Aumentativa e Alternativa: uma revisão sistemática da literatura**. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

HOLANDA, Cristine Maria de Souza França; MENEZES, Maria do Socorro da Silva; MENEZES, Aryadne Thaís da Silva; ASSIS, Luciana Vilar de. **Direito de acesso à educação das crianças portadoras de autismo: referência para assegurar a inclusão social**. Autismo: pesquisas e relatos. Campo Grande: Editora Inovar, 2021.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LUZ, Rebeca do Nascimento; CRUZ, Lilian Moreira. Um estudo sobre Adaptação Curricular no ensino regular: educação inclusiva em foco. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade**, Itapetinga, v. 3, n. 10, p. 1-16, out./dez. 2022. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/reedISSN:2675-68891>. Acesso em: 23 ago. 2023.

MAIESKI, Sandra; OLIVEIRA, Katya Luciane de; BZUNECK, José Aloyseo. Motivação para aprender: o autorrelato de professores brasileiros e chilenos. **Psico-usf**, v. 18, n. 1, p. 53-



TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E AS ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA ASSEGURAR A INCLUSÃO: UM ESTUDO DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS

Queilânia Silva Lô Almeida • Vaneide Souza de Oliveira • Lilian Moreira Cruz

64, abril, 2013. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pusf/a/gT5dYxKCwYs6NQnsNpcmGbm/>. Acesso em: 10 out. 2023.

NOGUEIRA, Julia Candido Dias; ORRÚ, Sílvia Ester. Eixos de interesse como possibilidades de aprendizagem para estudantes com Transtorno do Espectro Autista. **Acta Scientiarum**. v. 41, n. 3, e49934, 2019. Disponível em:

<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/view/49934>. Acesso em: 10 set. 2023.

SANTOS, Aline de Oliveira. **Autismo infantil e as técnicas psicoeducacionais**. Trabalho de conclusão de curso - Faculdade de Ciências da Saúde e Educação – Faces. Brasília, 2009.

SANTOS, Luana Silva; CRUZ, Lilian Moreira. Educação Especial e Educação do Campo: uma interlocução necessária. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade**, Itapetinga, v. 3, n. 8, p. 1-18, abr./jun. 2022. Disponível em:

<https://periodicos2.uesb.br/index.php/reed/article/view/11025>. Acesso em: 23 ago. 2023.

SILVA, Brígida Karina Liechocki. Inclusão Escolar de uma Criança com Síndrome de Down. In: **IX Congresso Nacional de Educação–EDUCERE**, III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia. Paraná, PUC-PR, 2009. Disponível em

http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2465_1462.pdf. Acesso em: 30 set. 2023.

SOUSA, Glejane Bezerra de. **Formação do docente para atuação educacional com pessoas com Transtorno do espectro do Autismo na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

SUPLINO, Maryse. **Currículo Funcional Natural**: Guia prático para a educação na área do autismo e deficiência mental. 3. ed. Rio de Janeiro: CASB-RJ, 2009.

SOBRE O/AS AUTOR/AS

Queilânia Silva Lô Almeida. Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Integrante do Programa Coletivo Paulo Freire/UESB/Brasil. <http://lattes.cnpq.br/2964652412538188>.

Vaneide Souza de Oliveira. Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Integrante do Programa Coletivo Paulo Freire/UESB/Brasil. <http://lattes.cnpq.br/0367446712731818>

Lilian Moreira Cruz. Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Docente Adjunta da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e do Programa de Pós-Graduação em Educação/UESC. Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Infantil/UESC. Coordenadora do Programa Coletivo Paulo Freire/UESB/Brasil. <http://lattes.cnpq.br/5600692150509688>.



TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E AS ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA ASSEGURAR A INCLUSÃO: UM ESTUDO DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS

Queilânia Silva Lô Almeida • Vaneide Souza de Oliveira • Lilian Moreira Cruz

Como citar:

ALMEIDA, Queilânia Silva Lô; OLIVEIRA, Vaneide Souza de; CRUZ, Lilian Moreira. Transtorno do Espectro Autista e as estratégias pedagógicas para assegurar a inclusão: um estudo das produções científicas. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade**, Itapetinga, v. 05, n. 12, p. 1-24, jan./dez, 2024.

